

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 05 de abril de 2019 às 07h42*  
*Seleção de Notícias*

## R7 | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Registro internacional de marcas: plenário aprova Protocolo de Madri</b> .....	<b>3</b>
---	----------

DO R7

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

<b>INPI inicia segunda fase do PPH com o Japão</b> .....	<b>5</b>
--	----------

## Convergência Digital | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Brasil propõe gestão compartilhada do domínio '.amazon'</b> .....	<b>6</b>
--	----------

## Inova Unicamp | SP

Propriedade Intelectual

<b>Unicamp assinou 75 convênios de P&amp;D e alcançou 115 licenças vigentes com empresas em 2018</b> .	<b>7</b>
--	----------

## Registro internacional de marcas: plenário aprova Protocolo de Madri



Divulgação

Marcos Pereira com Francis Gurry, diretor-geral da OMPI, em Genebra

*Projeto relatado por Marcos Pereira agiliza os procedimentos e permite que a propriedade intelectual seja reconhecida simultaneamente*

O Plenário da Câmara aprovou nesta quinta-feira (4) o texto do Protocolo de Madri sobre registro de marcas, que agiliza os procedimentos e permite que a propriedade intelectual seja reconhecida simultaneamente nos vários países que fazem parte do acordo (PDC 860/17). O texto, relatado pelo deputado federal Marcos Pereira (PRB-SP), agora segue para o Senado.

Pelo projeto, o Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (INPI)** encaminhará o pedido de registro de marca para a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**, sediada em Genebra.

Marcos Pereira esteve na cidade enquanto era ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para assinar, junto ao diretor-geral da entidade, Francis Gurry, declarações conjuntas sobre marcas e capacitação em propriedade intelectual. Caberá ao órgão centralizador o processo de registro nos países-membros.

A medida visa diminuir o custo das empresas, que hoje precisam arcar com diversos pedidos de registro de marca para atuar em outros países. Entre os custos há o pagamento de taxas, contratação de advogados etc.

abpi.empauta.com

Marcos Pereira explica que a adesão do Brasil ao acordo faz parte da agenda liberal de desburocratização e ampliação da competitividade das empresas, que começou durante sua gestão como ministro. "Haverá significativa redução de custos, em alguns casos de até 90%."

O projeto foi "desengavetado" pelo então ministro e encaminhado ao Congresso em 2017.

O acordo também requer mais agilidade no processo de registro de marca no país de origem. Os pedidos de registro de marcas precisam tramitar no **INPI** em até 18 meses.

Marcos Pereira diz que o Brasil já tem condições de cumprir este requisito. "Quando assumi o ministério, o prazo médio para concessão de uma marca era de quase 4 anos. Conseguimos, por uma gestão eficiente, baixar esse prazo para 12 meses, o que enquadra o Brasil no protocolo de Madri."

Durante a gestão de Marcos Pereira no MDIC, foram apresentadas 47 medidas de desburocratização e de facilitação do ambiente de negócios. O destoaamento do **INPI** era uma das principais metas.

Líder do Novo, o deputado Marcel Van Hattem (RS) disse que o acordo é um avanço. "Esse tratado significa que não retornaremos jamais à média de mais de três anos para registrar uma marca no Brasil. O Protocolo estabelece que o processo não pode demorar mais do que 18 meses", disse.

O Protocolo de Madri está em vigor desde abril de 1996 e foi ratificado pelas maiores economias do

Continuação: Registro internacional de marcas: plenário aprova Protocolo de Madri

Mundo, como Estados Unidos, Japão, China, Rússia  
e pela União Europeia.

## INPI inicia segunda fase do PPH com o Japão



Entra em vigor nesta segunda, dia 1º de abril de 2019, a segunda fase do projeto piloto de exame compartilhado PPH entre o **INPI** e o Escritório Japonês de Patentes (JPO, na sigla em Inglês). A extensão do projeto piloto está prevista na Resolução nº 235/2019.

A nova fase do PPH com o Japão também tem validade de dois anos, com término em 31 de março de 2021, e prevê a participação de até 200 pedidos de patentes no PPH entre os dois países. A diferença está na extensão das áreas técnicas de análise pelo **INPI**. Enquanto a primeira fase estava restrita a pedidos de patentes relacionados à Tecnologia da Informação, a segunda engloba Química macromolecular e Polímeros; Metalurgia; Agroquímicos; e Microorganismos e enzimas. Já o Japão continua aceitando solicitações em qualquer campo.

Entenda o PPH com o Japão

O projeto piloto de PPH com o Japão foi instituído no **INPI** com a Resolução nº 184/2017.

Pelo PPH, brasileiros podem usar o resultado do exa-

me do pedido de patente no **INPI** para acelerar a análise no Japão. E também podem usar o resultado do exame do JPO para acelerar a análise no **INPI**. Basta emitir a Guia de Recolhimento da União (GRU) com a opção para entrar neste PPH com o Japão e, após o pagamento, preencher o formulário específico, disponível no sistema eletrônico do **INPI**.

O **INPI** também dispõe de projetos pilotos de PPH com outros países. Para obter mais informações a respeito do PPH, acesse este link.

(**INPI**)

O post **INPI** inicia segunda fase do PPH com o Japão apareceu primeiro em ABIPTI.

## Brasil propõe gestão compartilhada do domínio 'amazon'

O Brasil propôs nesta quarta-feira, 03/04, que o domínio de internet ".amazon" tenha gestão compartilhada pela varejista online Amazon com todos os países que fazem fronteira com a Floresta Amazônica.

A Amazon.com está há sete anos tentando assegurar o domínio para si, mas tem encontrado resistência de oito países da bacia do Amazonas que se opõem ao uso exclusivo do domínio pela varejista online.

"Como uma solução de compromisso para a questão 'amazon', nós propomos nossa participação na governança deste território digital, com uma visão de salvaguardar e promover a herança natural, cultural e simbólica da região amazônica na internet", disse à Agência Reuters, o secretário-geral de Re-

lações Exteriores, **Otávio Brandelli**.

"Este seria um mecanismo inovador, criando um precedente positivo de parceria público-privada no desenvolvimento da governança da internet", completou. Em fevereiro, o Comitê Gestor da Internet do Brasil divulgou uma nota pública onde solicitava o adiamento da decisão para que houvesse mais prazo para uma negociação entre as partes.

Na nota, o CGI.br endossa a posição do governo brasileiro de pedir o adiamento da decisão definitiva sobre a candidatura do .AMAZON para a ICANN 65, "com vistas a permitir que os oito países amazônicos e a empresa Amazon encontrem uma solução mutuamente aceitável". O ICANN 65 acontecerá de 27 a 29 de junho, no Marracos.

## Unicamp assinou 75 convênios de P&D e alcançou 115 licenças vigentes com empresas em 2018

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) encerrou 2018 com 22 novas licenças de exploração da sua propriedade intelectual para empresas, totalizando 115 contratos ativos que geraram no último ano R\$ 1.7 milhão em ganhos econômicos, o segundo maior valor vindos de royalties com **transferência de tecnologia** para a Universidade.

Esses são alguns dos resultados disponíveis no Relatório de Atividades 2018 da Agência de Inovação, cuja versão online foi divulgada nesta quinta-feira (04) no site da Inova Unicamp. Os números de inovação também apresentam que a Universidade assinou 75 novos convênios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com a indústria durante o ano passado, parceria que investiu R\$ 134 milhões do setor empresarial na Unicamp.

Segundo o diretor-executivo da Inova Unicamp, Newton Frateschi, os resultados positivos da Unicamp demonstram o reconhecimento e relacionamento da Universidade com a indústria, "fator que distingue positivamente a Unicamp no cenário nacional e também entre as grandes universidades na América Latina".

Em nível de proteção intelectual, a Unicamp atingiu o novo recorde de 71 patentes concedidas e 72 novos pedidos de patentes em 2018, atingindo a 1027 famílias de patentes vigentes no Portfólio da Unicamp.

Frateschi aponta que a média de pedidos de patentes nos últimos 10 anos se mantém próxima, o que demonstra que a meta de criar a cultura de proteção intelectual na Universidade foi atingida, sendo necessário traçar nossos passos na inovação: "Agora, a nossa meta para os próximos anos deve estar cada vez mais ligada à missão empreendedora da Universidade, então as nossas patentes serão cada vez mais avaliadas pelo ponto de vista do benefício à sociedade, revertendo-se em ganhos à Unicamp".

Entre as tecnologias patenteadas que geram impactos positivos para a sociedade e com oportunidades para licenciamento e exploração das empresas é um dispositivo de aplicação de anestésias locais desenvolvido por alunos de pós-graduação, pesquisadores com supervisão de Francisco Groppo, docente da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp, que explicou ser o diferencial o aumento de segurança e eficácia na aplicação do anestésico local, principalmente, na área de odontologia, mas com ampla gama de aplicação:

"Os anestésicos locais misturados com bicarbonato de sódio é algo comum na odontologia, porém, as misturas são feitas com antecedência e perdem sua eficácia. No entanto, com esse dispositivo, o profissional pode fazer a mistura no momento da aplicação e de forma automática, o que melhora a eficácia do anestésico. Em estudos que ainda estão em andamento, estamos averiguando que também é possível diminuir a concentração do anestésico local com o dispositivo, o que significa uma maior segurança clínica.", detalhou Groppo.

A invenção foi depositada pela Unicamp em 2018 e está disponível para empresas interessadas licenciarem seu uso.

A Inova facilita convênios de P&D

O Relatório de Atividades da Inova também apresenta em seus destaques as adequações da Universidade frente às mais recentes regulamentações federais e estaduais do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), como a aprovação da Deliberação Interna da Unicamp (CON-SU-A-012/2018).

A nova Deliberação está alinhada, principalmente, com o Decreto Estadual (62.817/2017) sobre parcerias entre o setor empresarial e as Instituições Cien-

Continuação: Unicamp assinou 75 convênios de P&D e alcançou 115 licenças vigentes com empresas em 2018

tíficas, Tecnológicas e de Inovação do Estado de São Paulo (ICTESP), estabelecendo que a Agência de Inovação deve participar de toda a formatação e negociação de convênios de P&D que envolvam a Universidade e empresas.

A adaptação vem para tornar a tramitação dos processos mais ágil, já que a Inova Unicamp adequará as cláusulas do contrato de acordo com o novo Marco Legal e visando a proteção de **propriedade intelectual**, sigilo e exploração da pesquisa.

"Com a nova deliberação, pretendemos facilitar ainda mais essa interação com a indústria. A Inova trabalhará desde o início da negociação com vistas a evitar que o contrato retorne ao docente por não estar adequado às diretrizes institucionais da Uni-

versidade, além de focar em tornar mais eficiente o desenvolvimento de novos produtos e serviços", explicou o diretor-executivo da Inova sobre a mudança.

A Deliberação Interna também exige que docentes e pesquisadores que forem contatados por empresas para firmar Projetos de Pesquisa, leve a proposta para a Inova Unicamp prosseguir com as negociações. Para comunicar o contato, basta acessar o sistema de Comunicado de Projeto no site da Agência e preencher o formulário.

The post Unicamp assinou 75 convênios de P&D e alcançou 115 licenças vigentes com empresas em 2018 appeared first on Inova.



## Índice remissivo de assuntos

### **Propriedade Intelectual**

3, 7

### **Marco regulatório | INPI**

3, 5, 6

### **Entidades**

3

### **Inovação**

7